

**HABEAS CORPUS Nº 567.975 - SC (2020/0072755-8)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS, contra v. acórdão proferido pelo eg.**Tribunal de Justicado Estado de Santa Catarina**, nos autos da apelação criminal n. 0061671-92.2012.8.24.0023.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, às penas de 3 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 20 dias-multa, em seu mínimo legal, pela prática do fato delituoso previsto no art. 155, § 4º, II e IV, do Código Penal. (fls. 746-770).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que, unanimidade, deu parcial provimento ao apelo defensivo, consoante voto condutor do v. acórdão de fls. 887-917.

Dai o presente **writ**, onde a impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, sem justificar a razão pelo qual não optou por uma restritiva de direitos e multa.

Requer, **liminarmente e no mérito**, a concessão da ordem para que seja substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva e uma

multa.

É o breve relatório.

**Decido.**

Diante da hipótese de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

**Confundindo-se com o mérito**, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do **Parquet**.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator